

Mobilidade espacial e ocupacional da força de trabalho na região de influência de Belo Horizonte.

Carlos Lobo
Professor Adjunto do Departamento de Geografia do IGC/UFMG

Ricardo A. Garcia
Professor Adjunto do Departamento de Geografia do IGC/UFMG

Melissa G. de Godoy
Assessora técnica de gabinete da Secretaria de Gestão Pública do Estado de São Paulo

Resumo

Em várias oportunidades a mobilidade espacial da força de trabalho tem sido considerada como um importante mecanismo de mobilidade sócio-ocupacional e depende, dentre outros fatores, da dinâmica conjuntural das atividades econômicas, do nível de oferta setorial de empregos, do grau de desenvolvimento da estrutura produtiva e das transformações estruturais na forma de organização da produção. A falta de oportunidades no mercado local induz o trabalhador a permanecer no seu trabalho atual, manter-se desempregado ou procurar emprego em outro lugar. A mobilidade laboral não é determinada apenas pelo custo de deslocamento, mas também da oferta de postos de trabalho. Este artigo teve como objetivo avaliar a mobilidade espacial e ocupacional da força de trabalho no mercado formal na Região de Influência de Belo Horizonte com base nos dados extraídos da Relação Anual de Informações Sociais de 1998 a 2007. Os resultados, de forma geral, indicaram um crescimento no volume de saída de trabalhadores da capital do estado, que se dirigiam preferencialmente para determinados centros regionais, como Montes Claros, Juiz de Fora e Varginha. Uma parte considerável da dessa força de trabalho que saiu de Belo Horizonte integra categorias que apresentou mobilidade ocupacional positiva, marcada pela ascendência vertical no nível mercado de trabalho.

Palavras-chave: Mobilidade Espacial e Ocupacional, Força de Trabalho, RAISMIGRA

Abstract:

On several occasions the spatial mobility of the workforce has been considered as an important mechanism of social and occupational mobility and depends, among other factors, the dynamics of economic activities at given time, the level of supply sector jobs, the degree of development of the structure productive and structural changes in the way of organizing production. The lack of opportunities in the local market induces the worker to remain in their current job, stay unemployed or seeking employment elsewhere. The mobility of labor is not only determined by transportation costs, but also the supply of jobs. This study aimed to evaluate the spatial and occupational mobility of the workforce in the formal labor market in the influence region of Belo Horizonte based on data extracted from the Annual Social Information Report 1998 to 2007. The results generally indicated an increase in volume of output of workers from the state capital, which is directed preferentially to certain regional centers, such as Montes Claros, Juiz de Fora and Varginha. A considerable part of this work force that came out of Belo Horizonte had positive occupational mobility, marked by vertical ascent in the labor market level.

Key words: *Spatial and occupational mobility, Workforce, RAISMIGRA*

Recebido 10/2011

Aprovado 11/2011

cfflobo@yahoo.com.br

alexandrino@terra.com.br

melissagodoy@terra.com.br

Introdução

A reflexão sobre a mobilidade espacial da população, de acordo com Pacheco e Patarra (1997), passou por uma significativa alteração a partir da nova realidade dos países de industrialização tardia. A dinâmica de acumulação de capital, a herança histórica e a estrutura social foram consideradas chaves à mobilidade de força de trabalho para a indústria em expansão ou como resposta às situações de estagnação frente à concentração crescente dos pólos dinâmicos. Para Singer (1973), um dos grandes expoentes da abordagem estruturalista, a migração deve ser considerada como um reflexo direto da estrutura e dos mecanismos de desenvolvimento do sistema capitalista, cujo motor principal é o acirramento das desigualdades regionais. Ao analisar a migração, Singer identifica os chamados “fatores de atração” e os “fatores de expulsão”. Os primeiros referem-se à necessidade de mão de obra decorrente do crescimento da produção industrial e da expansão do setor de serviços urbanos, que funcionam como forças de concentração espacial. Os fatores de expulsão podem ser divididos em: “fatores de mudança”, decorrentes da penetração do capitalismo no campo e a adoção de um sistema poupador de mão de obra; e em “fatores de estagnação”, associados à pressão demográfica sobre a disponibilidade de terras. Para Singer, a distinção entre áreas de emigração (sujeitas aos fatores de mudança) e de estagnação permite visualizar melhor suas consequências. As regiões de mudança perdem população, mas a produtividade aumenta, o que permite, pelo menos em princípio, uma melhora nas condições de vida da população local. Já as áreas de estagnação apresentam deterioração da qualidade de vida, funcionando às vezes como “viveiros de mão de obra” para os latifundiários e as grandes empresas agrícolas.

Há, tanto na economia como na demografia, vários autores que expressam a migração como mobilidade, estreitamente vinculada à criação, expansão e articulação dos mercados de trabalho do país. O desenvolvimento desigual do sistema capitalista faz com que a população se distribua seguindo a mesma lógica de intensificação dos espaços econômicos, formando grandes reservatórios de mão de obra. Apesar de seu mérito, boa parte dessas teses não responde integralmente às questões mais dinâmicas e específicas da migração e dos deslocamentos da força de trabalho, não vinculadas apenas às necessidades estruturais do sistema capitalista. Além disso, tais formulações, em geral, ignoram as vantagens comparativas e as potencialidades externas que têm transformado os espaços de destino. Poucos avaliam o peso dos deslocamentos de origem urbana, e quase nunca consideram o movimento de retorno (MATOS, 1995). Também investem de modo insuficiente no entendimento dos efeitos positivos que a chegada de população pode gerar na dinamização das regiões de destino, no que diz respeito à oferta de mão de obra qualificada, a certas possibilidades de novos investimentos e de intercâmbio técnico, por exemplo. Nesse sentido, mais que um indicador de concentração ou dispersão das atividades econômicas, os movimentos espaciais da população e da força de trabalho refletem processos sociais mais amplos, cujas causas e consequências vão além dos aspectos estruturais da economia.

Se o modo como são organizados os elementos do espaço pode ser visto como um resultado histórico da atuação dos atores sociais, os fluxos de informação, capitais e pessoas, por exemplo, permitem e alimentam o dinamismo das formas e funções dos aspectos que compõem e caracterizam o espaço. Para Santos (1996), a necessidade de fluidez é uma das mais importantes características do mundo atual. Ao mesmo tempo, caracteriza-se como causa, condição e resultado da modernidade. Essa condição de fluidez é particularmente relevante aos estudos regionais sobre a

mobilidade da população. Os fluxos migratórios e os deslocamentos espaciais da força de trabalho são fenômenos que se manifestam e se materializam no espaço. A mobilidade da mão de obra não deve, dessa forma, ser considerada apenas como resultado de uma realidade social e/ou condição econômica momentânea, mas também como causa para outros fluxos, como investimento, tecnologia, experiência profissional etc., os quais possuem suas manifestações espaciais próprias. Se a análise dos movimentos migratórios é recorrente na ciência demográfica, são escassos os trabalhos que se dedicam aos deslocamentos espaciais da força de trabalho brasileira, sobretudo pela sua manifestação no âmbito regional.

Ao longo do século passado, o Brasil passou por inúmeras transformações em sua estrutura social, marcada pelo aparecimento de uma classe média bastante expressiva. Nos anos 90, a abertura econômica e a privatização, associadas à redução do processo inflacionário, incentivaram os investimentos nacionais e estrangeiros. O mercado de trabalho foi marcado pela tendência de crescimento da taxa de desemprego aberto ao longo da década e pela elevação da participação do emprego informal nas regiões metropolitanas. A reestruturação produtiva das empresas no processo de adaptação às mudanças significou programas de ajuste no custo do trabalho, com reorganização da gestão da mão de obra, difusão da terceirização, maior rotatividade de trabalhadores nas firmas de menor porte e uso de trabalho sem registro de contrato (RAPOSO e MACHADO, 2003)¹. Tanto nos momentos de expansão, quanto de retração econômica, é importante observar os mecanismos de ajuste do mercado de trabalho. Dedecca (1990) já alertava que, nas fases de crescimento da atividade econômica, a incorporação de trabalhadores sem experiência muitas vezes consiste em um meio de evitar elevações salariais dos trabalhadores melhor inseridos na esfera produtiva. Desta maneira, os efeitos positivos da expansão econômica podem ser atenuados.

Ainda que o país tenha passado por fases de estagnação econômica e reestruturação produtiva ao longo do século passado foi notória a intensificação da mobilidade social da força de trabalho, que foi reflexo de um conjunto de fatores macro-estruturais, como a industrialização, a urbanização e a ampliação das ofertas no sistema educacional brasileiro (PASTORE, 1979). Desde então, o Brasil pode ser considerado como um caso típico em que as mudanças estruturais promoveram perspectivas promissoras de mobilidade social, dada a criação de várias oportunidades para incorporação da mão de obra em ocupações novas, mais diferenciadas, de maior reconhecimento na própria indústria, no comércio, nos serviços sociais, na administração pública, por exemplo (JANNUZZI, 2000).

Nas últimas décadas, os deslocamentos espaciais da força de trabalho na Região de Influência de Belo Horizonte assumiram um papel de destaque. Ainda que Belo Horizonte tenha mantido sua prevalência regional e continuado a atrair expressivos contingentes de população, procedentes principalmente do interior do estado, há fortes sinais de dispersão espacial da população e das atividades econômicas. Como demonstraram Matos (1995), Brito (1997), Lobo et. al. (2008), mesmo que essa dispersão tenha se manifestado inicialmente pelo crescimento da emigração em direção à periferia imediata, as evidências observadas nas últimas décadas sugerem sua extensão para o interior de Minas Gerais. Matos (1995) acredita que se acumularam evidências de um considerável aumento do número de emigrantes procedentes de Belo Horizonte residentes no interior do estado. Boa parte dos principais municípios de Minas Gerais passou a exibir, com base nos dados relativos à migração de data fixa (1995/2000), saldos positivos em relação ao núcleo

¹ Com base na PED, de 1995 a 2002, para a Região Metropolitana de São Paulo, Chahad (2003) demonstrou algumas tendências sobre o mercado de trabalho: • crescimento contínuo da PEA; • crescimento lento da ocupação; • queda no emprego industrial; • estagnação do emprego por carteira assinada e aumento das formas atípicas de contratação; • aumento no conjunto de assalariados com jornada de trabalho superior ao definido pela legislação; • avanço da terceirização; • forte crescimento do desemprego aberto; • elevação do "desemprego de longo prazo"; e • queda acentuada e generalizada do rendimento do trabalhador assalariado.

metropolitano. Vários centros urbanos no interior de Minas Gerais, além do próprio contingente de migrantes procedentes do núcleo metropolitano e dos demais municípios do estado, ainda recebem numerosos imigrantes interestaduais, principalmente aqueles oriundos do estado de São Paulo. (MATOS et. al., 2004). É bem provável que esse processo de redistribuição espacial da população esteja intimamente vinculado à dinâmica do mercado de trabalho na região, marcado pela intensificação dos fluxos de trabalhadores no interior da rede de cidades². Também é plausível supor que a mobilidade espacial da força de trabalho tenha reflexo direto na estrutura social, incluindo a ocorrência de movimentos sociais ascendentes.

Esse trabalho tem como objetivo principal a avaliação da magnitude e das principais características da mobilidade espacial e ocupacional da força de trabalho formal no interior da Região de Influência de Belo Horizonte com base nos fluxos identificados no decênio 1996/2005. Alguns aspectos devem, contudo, ser enfrentados no decorrer da análise e interpretação dos resultados obtidos em cada um dos objetivos propostos nessa pesquisa, tais como: tem havido um crescimento no volume dos fluxos de saída da força de trabalho de Belo Horizonte para sua Região de Influência? Quais são as regiões que mais têm atraído trabalhadores procedentes da capital mineira? Esses trabalhadores que se deslocaram no interior da Região de Influência de Belo Horizonte têm apresentado sinais de ascensão no nível ocupacional, representada por alterações positivas? Essas questões representam um grande desafio que não deve ser enfrentado de modo isolado e individualizado.

Ainda que esse *paper* não tenha o propósito de fazer pesadas incursões teóricas, tão pouco investigar a fundo os fatores sociais, políticos ou econômicos determinantes da mobilidade espacial e ocupacional da força de trabalho, a elaboração e divulgação de dados específicos podem ser extremamente úteis à elaboração e proposição de políticas públicas necessárias à redução das desigualdades regionais no estado de Minas Gerais. Em várias circunstâncias, a redistribuição da força de trabalho deixa de ser uma mera consequência de determinados processos sociais e políticos, tornando-se catalisadora de profundas mudanças na realidade regional, a exemplo do ocorrido no território nacional.

Ampliar o conhecimento sobre o tema permite não apenas o desenvolvimento de uma disciplina em específico, mas também envolve a elaboração e difusão de informações úteis aos diversos agentes/atores sociais, que incluem órgãos públicos e governamentais, instituições políticas, organizações não-governamentais e, em última instância, a própria população da região.

A mobilidade espacial e ocupacional da força de trabalho: aspectos metodológicos e conceituais

Os estudos sobre a força de trabalho no Brasil são recorrentes e envolvem uma ampla série de campos do conhecimento. No entanto, os estudos sobre a mobilidade espacial e ocupacional compreendem a análise dos elementos e aspectos específicos da dinâmica migratória, deixando de lado outros tipos de movimentos espaciais que necessariamente não dizem respeito à migração propriamente dita. Nas últimas décadas, de acordo com Jannuzzi (2000), as articulações entre a mobilidade social e a migração têm sido objeto de estudo de um corpo expressivo de pesquisadores no país. Com ênfases e abordagens distintas, a inserção ocupacional do migrante no mercado de trabalho e sua adaptação social no local de destino foram recorrentemente

² Ao analisar os estados de Minas Gerais e de São Paulo de 1992 a 1999, Raposo e Machado (2003) mostraram que o processo de reversão da polarização de São Paulo, especialmente da área metropolitana, vinha provocando uma dispersão regional dos novos projetos industriais, ao longo dos grandes eixos de transportes, utilizando como apoio a base urbana com infra-estrutura de serviços mais desenvolvida. Era notório que dois grandes eixos atingiam em especial o estado de Minas Gerais. Um no sentido do sul de Minas e outro no sentido do Triângulo Mineiro. Graças a esses movimentos estas regiões vêm se consolidando nos últimos anos como alternativas para a desconcentração industrial de São Paulo. Isso resultou no desempenho econômico recente e na atração de maior volume de investimentos para essas regiões, que viram asseguradas sua expansão produtiva nos anos seguintes, fortalecendo o processo macroespacial da economia brasileira.

tratadas na literatura, tal como investigaram autores como Martine e Peliano (1978), Pastore (1979), Vale Silva (1979), Canelas (1980), Peliano (1992), Jannuzzi (2000) e Dedecca e Cunha (2002), por exemplo. Em certa linha de trabalhos a migração tem sido considerada como um meio de ascensão social para seus protagonistas e um fator de explicação da mobilidade social no país. Martine e Peliano (1978), por exemplo, ao avaliarem as nove Regiões Metropolitanas no país, já alertavam ao fato de ter havido melhora na inserção ocupacional do migrante com o maior tempo de residência. Para esses autores, a aparente mobilidade resultava menos da adaptação positiva do migrante nas áreas de destino e mais do efeito líquido da sobrevivência dos mais aptos a continuar no mercado de trabalho local e a saída dos menos capacitados³. Assim, a melhor situação do migrante era um resultado direto de sua habilidade em sobreviver na sociedade de destino. Em outra perspectiva, o significado da migração é visto como uma estratégia de sobrevivência e uma forma de garantia de manutenção da posição na estrutura social (JANNUZZI, 2000). No Brasil, os trabalhos que enfatizam os deslocamentos espaciais da força de trabalho, não definidos necessariamente como movimentos migratórios, são menos frequentes. Dentre esses podemos destacar De Negri et. al. (2001), Ferreira (2006), Ferreira e Matos (2008) e Lobo (2009).⁴ Cabe inicialmente definir o recorte espacial de análise. Em seqüência, são apresentadas as possibilidades oferecidas pelas duas fontes de dados que serão utilizadas, bem como os aspectos teóricos e conceituais relevantes à execução desse projeto.

A região de influência de Belo Horizonte: a delimitação do recorte espacial de análise

Os estudos anteriores, que definiram os níveis da hierarquia urbana e estabeleceram a delimitação das regiões de influência das cidades brasileiras, foram realizados pelo IBGE a partir de questionários que investigaram a intensidade dos fluxos de consumidores em busca de bens e serviços nos anos de 1966, 1978 e 1993. Essa atualização proposta, realizada em 2007 e divulgada em 2008, retoma a concepção utilizada nos primeiros estudos realizados pelo IBGE, que resultaram na Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas de 1972. Nessa perspectiva, em um primeiro momento, foi estabelecida uma classificação hierárquica dos centros e, em seguida, são delimitadas suas áreas de atuação, denominadas Regiões de Influência (REGICs). Na atual versão, como indicado nesse mesmo estudo, foi privilegiada a função de gestão do território, como definido por Corrêa (1995). Para esse autor, o centro de gestão do território

“(...) é aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas.” (CORRÊA, 1995, p.83).

De modo simplificado, a classificação de hierarquia na rede de cidades privilegiou dois níveis de centralidade: a Gestão Federal, avaliada a partir da existência de órgãos do Poder Executivo e do Judiciário Federal; e a Gestão Empresarial, que refere-se à presença de diferentes equipamentos e serviços (comércio e serviços, instituições financeiras, ensino superior, saúde, internet, redes de televisão aberta e conexões aéreas). Classificados em seis níveis de hierarquia, conforme sua posição no âmbito da gestão federal e empresarial, integram o conjunto final das Regiões de Influência no território nacional um total de 711 centros de gestão. A intensidade das ligações entre as cidades

³ A contribuição da migração sobre a mobilidade social no país parece ter sido notável, tendo em vista que a ascensão social dos migrantes teria sido maior que a dos naturais residentes na região de destino, seja em relação à análise inter ou intra-regional (PASTORE, 1979). De acordo com esse mesmo autor, “A mobilidade geográfica (horizontal) induz à mobilidade social (vertical). Vários estudos indicam que as oportunidades econômicas induzem à mobilidade geográfica. Os indivíduos que vivem em um lugar diferente de onde nasceram tendem a alcançar um status ocupacional mais alto do que os indivíduos que permaneceram no mesmo lugar” (PASTORE, 1979, p. 184).

⁴ Para De Negri et.al (2001) o levantamento das informações sobre o mercado de trabalho no Brasil tem se tornado cada vez mais diversificado e abrangente. No âmbito das instituições públicas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acompanha o emprego e o desemprego nas principais regiões metropolitanas do país por meio da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), além de divulgar informações sobre a população e o mercado de trabalho por intermédio dos Censos Demográficos e das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD). O Ministério do Trabalho e Emprego tem também posição de destaque no fornecimento de informações sobre o trabalho formal e, para isso, utiliza-se da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Essa atualização trazida pela REGIC 2007, ainda que possa suscitar ressalvas metodológicas e apresentar limitações de análise, oferece um retrato aproximado das relações de interdependência que se estabelecem no espaço, onde os fluxos da força de trabalho assumem um papel especialmente relevante. Tomando o município como unidade espacial mínima de análise, de acordo com a divisão político-administrativa em cada período, os subseqüentes recortes espaciais (agregações) na Região de Influência de Belo Horizonte permitem identificar as entradas e saídas da força de trabalho nos diferentes níveis hierárquicos: na metrópole (Belo Horizonte), nas Capitais Regionais e nos Centros Regionais. Esses fluxos espaciais de trabalhadores, dispostos em matrizes de origem e destino, podem ser extraídos dos microdados da RAISMIGRA (derivados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS). Trata-se de uma base que oferece uma série de possibilidades para análise dos fluxos espaciais de trabalhadores que integram a mercado de trabalho formal no país.

A raismigra e a mobilidade da força de trabalho formal ativa

A Relação Anual das Informações Sociais (RAIS) foi instituída pelo Decreto nº 76.900, de 2 de dezembro de 1975. Originalmente a RAIS foi criada para obter informações sobre a entrada da mão de obra estrangeira no Brasil e os registros relativos ao FGTS, úteis ao controle de arrecadação e concessão de benefícios pelo Ministério da Previdência Social, e para servir de base de cálculo do PIS/PASEP. Atualmente, em observância ao dispositivo constitucional (Portaria 945), a RAIS viabiliza a concessão do pagamento do Abono Salarial e se constitui no único instrumento de governo para esse fim. Como divulgado pelo próprio Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a partir dos anos 90, os dados dessa base vêm registrando importantes avanços quantitativos e qualitativos como resultado das campanhas esclarecedoras, do recebimento das declarações via internet (iniciado em 1995) e do aperfeiçoamento do processo de crítica dos dados.

De acordo com o MTE (2009),

“(...) a RAIS é um Registro Administrativo, de periodicidade anual, criada com a finalidade de suprir as necessidades de controle, de estatísticas e de informações às entidades governamentais da área social. Constitui um instrumento imprescindível para o cumprimento das normas legais, como também é de fundamental importância para o acompanhamento e a caracterização do mercado de trabalho formal.” (MTE, 2009, s.p.).

Derivada das bases da RAIS, a RAISMIGRA tem como objetivo “*permitir estudos de mobilidade dos indivíduos no mercado de trabalho a partir do acompanhamento da sua trajetória intersetorial, ocupacional e geográfica ao longo do tempo*” (MTE, 2009, s.p.). A base está organizada de forma longitudinal, o que permite a realização de estudos de mobilidade, duração e reinserção de indivíduos no mercado de trabalho.⁵ Seu modo de organização da informação, denominado de modelo painel, permite comparar a posição do trabalhador ao longo do tempo a partir da identificação do número do PIS, o que torna possível analisar sua mobilidade espacial no mercado de trabalho formal.

Tendo em vista suas características, a RAISMIGRA pode ser considerada como uma forma de censo de registro administrativo. Contudo, sua cobertura é variada no tempo e espaço.

⁵ Esse acompanhamento temporal e espacial do trabalhador não é permitido pela base RAIS convencional, que está organizada por ano de referência da declaração dos vínculos empregatícios.

A abrangência atual dessa base oscila em torno de 97% do universo do mercado formal brasileiro (MTE, 2009).⁶ Contudo, a RAIS continua subutilizada nas pesquisas sobre o mercado de trabalho no Brasil, mesmo quando há boa representatividade geográfica dos dados. Ainda que sejam excluídos do seu universo os trabalhadores autônomos, os empresários sem vínculo empregatício formal e os demais trabalhadores que não possuem registro em carteira de trabalho, trata-se de uma valiosa fonte de dados nas pesquisas sobre as condições e a mobilidade da força de trabalho no país.⁷ Por ser uma base de dados atualizada anualmente, que permite distintos níveis de agregação espacial, é possível superar as lacunas derivadas da periodicidade decenal dos censos, dos problemas de desagregação do plano amostral das PNADs e do grau de cobertura geográfica das pesquisas mensais de emprego (FERREIRA e MATOS, 2005).

Deslocamentos da força de trabalho: conceitos e definições de mobilidade ocupacional e espacial

No que se refere à análise sobre a mobilidade ocupacional, tomada com parte da mobilidade social, determinados aspectos devem ser inicialmente mencionados. De modo simplificado, a mobilidade social expressa a mudança no nível de ocupações com status sociais diferentes (WEISS, 1986; MERLLIÉ e PREVÓT, 1997). Jannuzzi (2000) considera que a mobilidade social diz respeito tanto às trocas de ocupação para postos supostamente melhores ou piores, quanto ao status e à remuneração de indivíduos ou grupos sociais no mercado de trabalho. Para esse autor, as transições entre atividade e desocupação dependem de uma série de fatores, tais como: a dinâmica conjuntural das atividades econômicas, o nível de oferta setorial de empregos, o grau de desenvolvimento da estrutura produtiva e as transformações estruturais na forma de organização da produção. Assim, coexistiriam macrodeterminantes da mobilidade ocupacional e social que influenciam os diversos segmentos sociais, o que facilita ou dificulta a mobilidade. As condicionantes microssociais (tempo de residência no local, conhecimento das “regras do jogo” na localidade de destino etc.) também influenciam a trajetória ocupacional e espacial dos grupos sociais, uma vez que, em interação com as condicionantes mais estruturais do processo, potencializam as características individuais (favorecendo-as ou não) e colaboram para moldar as estratégias individuais de mobilidade ocupacional, que por sua vez conferem as possibilidades de mobilidade social (JANNUZZI, 2000).

Van Ham, Mulder e Hooimeijer (2001) também consideram que a mobilidade do trabalhador em trocar de emprego permite aos indivíduos tirar vantagem de oportunidades alternativas de trabalho, funcionando como um mecanismo para a mobilidade social ascendente. Esses autores acreditam que quando um trabalhador se depara com a falta de oportunidades no seu mercado de trabalho local, ele possui três opções: (1) ficar no seu trabalho atual ou permanecer desempregado; (2) aceitar um emprego local para o qual é superqualificado; ou (3) procurar por trabalho em uma região mais distante – para isso, o trabalhador deve migrar ou aumentar a sua tolerância relativa ao tempo de deslocamento para o trabalho. Van Ham, Mulder e Hooimeijer (2001) utilizam os conceitos de mobilidade do trabalho, que trata da predisposição de aceitação de um trabalho por alguém empregado ou não; de flexibilidade espacial, que envolve a possibilidade de aceitar um trabalho a uma distância maior; e de mobilidade do local de trabalho, que corresponde ao nível de aceitação de um trabalho mais distante, que pode envolver a necessidade de mudança no local

⁶ A cobertura dos dados da RAIS não é homogênea para os diversos setores econômicos e Unidades da Federação. Também há relativo consenso de que a RAIS subestima os empregos no setor agropecuário e na construção civil e sobreestima os trabalhadores na administração pública. Para a região Sudeste e para a indústria de transformação, no entanto, a cobertura da RAIS parece ser historicamente boa, como lembram Negri et. al. (2001).

⁷ Entende-se por vínculos empregatícios as relações de emprego estabelecidas sempre que ocorre trabalho remunerado com carteira assinada. Dessa forma, o número de empregos em determinado período de referência corresponde ao total de vínculos empregatícios efetivados. Por consequência, o número de empregos difere do número de pessoas empregadas, uma vez que o indivíduo pode estar acumulando, na data de referência, mais de um emprego.

de residência. Uma avaliação consistente sobre a mobilidade espacial e social do trabalho requer a incorporação e integração dos conceitos de mobilidade do trabalho, de flexibilidade espacial e da mobilidade do local de trabalho, o que compreende a investigação simultânea dos movimentos migratórios e dos deslocamentos espaciais para o trabalho, que não raro envolvem longas jornadas entre o local de residência e de trabalho. Os mesmos autores lembram que o comportamento espacial do mercado de trabalho é determinado por mais do que apenas o custo de deslocamento. O acesso ao trabalho, por exemplo, possui um papel muito importante nesse aspecto. O setor econômico também afeta diretamente a mobilidade do local de trabalho. Trabalhadores com um capital humano específico de um setor concentrado em poucos locais, em geral, precisam ser mais espacialmente flexíveis ao aceitar um novo trabalho.

As definições dos deslocamentos espaciais da força de trabalho também devem ser adaptadas em função das bases de dados utilizadas. Diferente da definição convencional de migrante derivada dos Censos Demográficos, por exemplo, que envolve a mudança deliberada e proposital do local de residência, em um intervalo ou em pontos no tempo, na RAISMIGRA são consideradas as alterações no local de trabalho, definidas em dois ou mais momentos no tempo. Dessa forma, a mobilidade laboral representa um tipo específico de deslocamento espacial, conceitualmente distinto da migração clássica. Para a identificação dos fluxos migratórios intermunicipais de origem/destino nos Censos Demográficos pode-se utilizar a chamada Migração Data Fixa ou de Última Etapa. A primeira compreende os indivíduos que declararam residência em municípios diferentes na data de referência do censo em questão e há cinco anos. A migração de Última Etapa, por sua vez, envolve aqueles que informaram outro município de residência na mesma década censitária (o chamado município de residência anterior), diferente daquele que morava quando recenseado. Na base da RAISMIGRA, os deslocamentos da força de trabalho formal podem ser definidos pelos indivíduos cujos municípios de trabalho no último dia do ano eram distintos, o que também definia datas fixas.⁸ Na RAISMIGRA os fluxos de mão de obra serão identificados a partir da declaração do município do estabelecimento de trabalho em dois anos consecutivos, contados a partir do biênio 2000/2001 até 2009/2010 (o que compreende um total de dez biênios). Os deslocamentos serão considerados pelo conjunto de indivíduos declarados residentes em municípios diferentes em cada biênio. Dessa forma, o município de origem é definido como aquele de residência no primeiro e o de destino no último ano de cada biênio. Cada um dos registros apresenta uma categoria ocupacional na data de referência de cada levantamento, o que permitirá a elaboração e sistematização de indicadores de mobilidade ocupacional. Nesse estudo, a mobilidade ocupacional foi definida com base nas alterações no Subgrupo Ocupacional Principal, formado a partir de agregações da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), criada em 2002. Os Subgrupos foram agregados em três níveis sócio-ocupacionais: Alto, Médio e Baixo (a composição de cada nível está detalhada no Quadro 1, em anexo). Dessa forma, a alteração de nível, quando da mudança no município de trabalho, em cada um dos biênios considerados, representou variações positivas ou negativas, ou ainda a não-mobilidade ocupacional (quando da manutenção do nível sócio-ocupacional).

⁸ Além da distinção entre esses dois tipos de movimentos espaciais, algumas diferenças entre a Migração e a Mobilidade Laboral (2000/1995) foram apontadas por Ferreira e Matos (2005), tais como: menor participação dos jovens na RAISMIGRA; menor representação do setor público no Censo; maior proporção dos movimentos de longa distância no Censo. Como reforçam esses autores, a principal e talvez a mais evidente diferença entre os deslocamentos da população no espaço identificados nessas duas bases seja a distorção na faixa etária da população migrante, o que gera uma sub-representação dos menores de 24 anos na RAISMIGRA, grupo que abrange uma grande quantidade de migrantes jovens que só tiveram sua primeira experiência no mercado formal na localidade de destino. Contudo, quando analisados por setores de ocupação, a diferença mais significativa entre as bases de dados refere-se àquela sobre-estimação dos trabalhadores da Administração Pública na RAIS (FERREIRA e MATOS, 2005).

A mobilidade espacial e ocupacional na região de influência de Belo Horizonte: algumas evidências empíricas atuais

Um dos aspectos mais relevantes quando observada a evolução da distribuição da força de trabalho na Região de Influência de Belo Horizonte refere-se à redução na participação relativa da capital mineira. No período considerado ocorreu uma queda superior a seis pontos percentuais na concentração no município de Belo Horizonte, que passou de 40,01% em 1995/1996 para 33,75% da força de trabalho regional em 2004/2005 (ver Tabela 1), apesar de sua área de influência direta, que inclui a própria periferia metropolitana, ter apresentado pequeno incremento na participação relativa ao longo dos biênios analisados. Essa redução relativa na participação de Belo Horizonte na região possivelmente está associada a uma série de aspectos, dentre os quais destacamos: a redução no ritmo de crescimento demográfico do core metropolitano, o maior volume de trabalhadores formais no interior do estado e a intensificação dos deslocamentos da força de trabalho no interior da região.

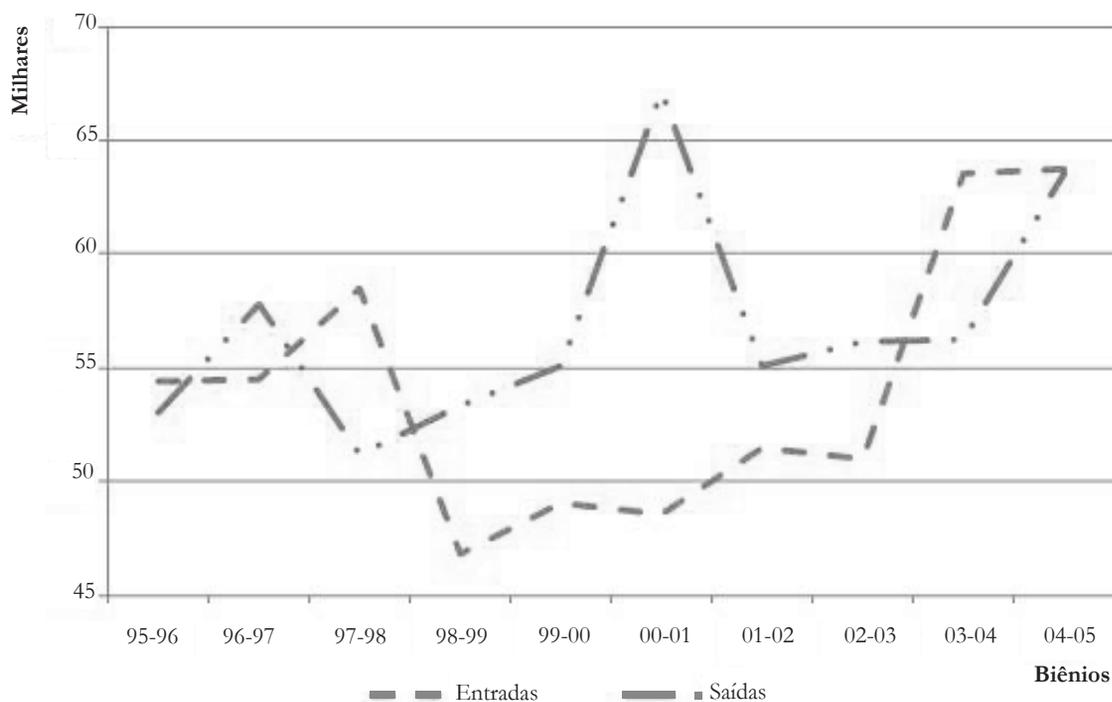
Tabela 1 Participação relativa da força de trabalho formal na região de influência de Belo Horizonte, 1995/2005

Regiões de Influência	95-96	96-97	97-98	98-99	99-00	00-01	01-02	02-03	03-04	04-05
Juiz de Fora	9,07	9,24	9,04	9,00	8,99	9,08	9,10	9,01	8,89	8,80
Montes Claros	3,65	3,78	3,78	4,09	4,45	4,36	4,52	4,63	4,71	4,74
Divinópolis	3,81	3,79	3,73	3,87	3,94	4,01	4,11	4,23	4,39	4,45
Governador Valadares	1,97	1,99	2,01	2,09	2,09	2,19	2,22	2,27	2,24	2,23
Ipatinga	3,88	3,89	3,85	4,02	3,90	4,08	3,98	4,08	4,15	4,22
Teófilo Otoni	1,64	1,61	1,67	1,66	1,70	1,83	1,95	1,98	1,95	1,93
Uberaba	6,35	6,19	6,61	6,83	6,93	6,98	6,99	7,07	7,01	7,05
Varginha	3,96	3,82	3,97	3,93	3,97	3,73	3,77	3,75	3,84	3,80
RI direta	15,20	15,39	15,67	15,87	16,27	16,63	16,92	16,98	17,16	17,42
Periferia Metropolitana	10,46	10,79	10,71	10,67	10,75	11,17	11,18	11,41	11,32	11,60
Belo Horizonte	40,01	39,51	38,94	37,99	37,01	35,93	35,25	34,58	34,35	33,75

Fonte: MTE, RAISMIGRA, 1995 a 2005.

A dinamização da mobilidade espacial da força de trabalho na região pode ser confirmada quando analisados os fluxos de entrada e saída mão de obra de Belo Horizonte, como representados na Figura 2. No biênio 1995/1996 os volumes de entrada e saída envolviam, respectivamente, a 54.222 e 53.002 trabalhadores no mercado formal. De 2004/2005 esses contingentes atingiram 63.758 e 63.577, na mesma ordem. Também deve ser destacada a predominância geral dos fluxos de saída, ainda que tenha havido uma forte oscilação ao longo de todo o período. Somados os fluxos de origem e destino em Belo Horizonte de todos os biênios verifica-se um saldo negativo superior a vinte e sete mil trabalhadores, resultado em boa medida do grande volume de saídas no biênio 2000/2001.

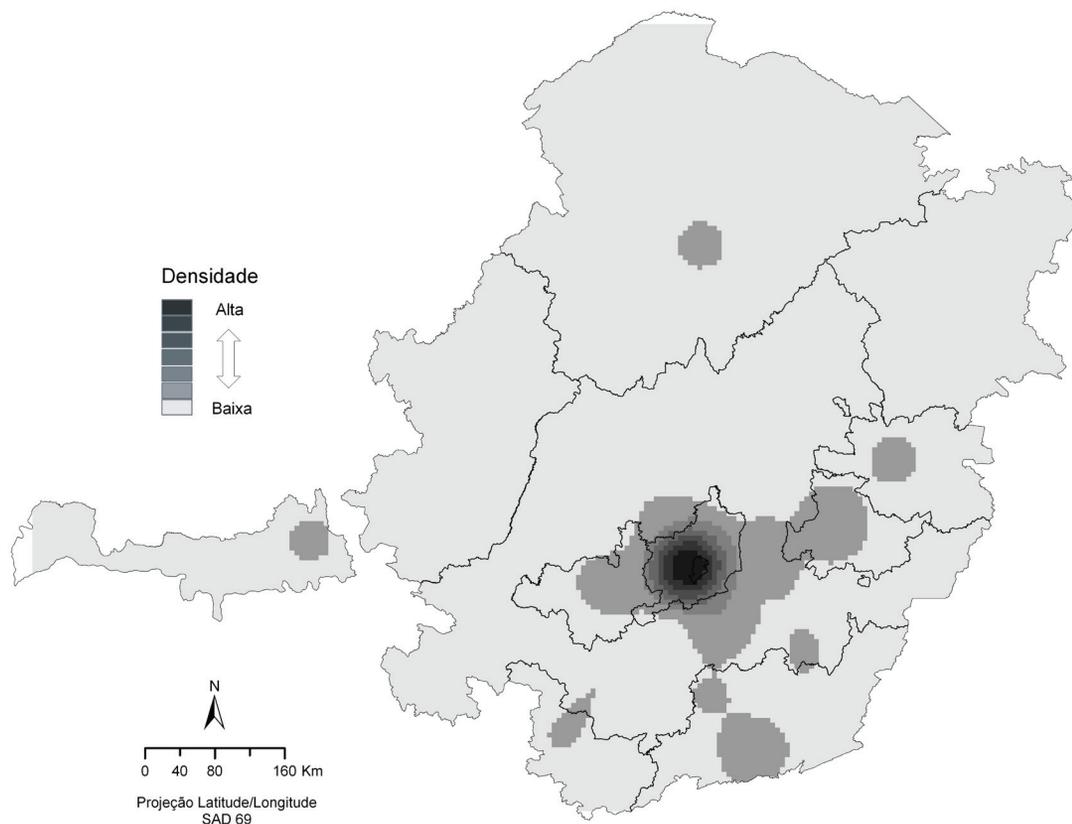
Figura 2 Entradas e saídas da força de trabalho formal de Belo Horizonte para sua região de influência – 1995 a 2005



Fonte: MTE, RAISMIGRA, 1995 a 2005.

Boa parte daqueles que deixaram de trabalhar em Belo Horizonte deslocaram-se para as áreas mais próximas a capital, sobretudo para a própria periferia metropolitana, que concentrava 56,17% do total acumulado dos fluxos. A chamada Região de Influência direta também atrai um número expressivo de trabalhadores em Belo Horizonte (17,65% do total). As demais regiões somadas atraíram pouco mais de 26%. Essa concentração espacial dos fluxos de saída da força de trabalho de Belo Horizonte também pode ser confirmada pela observação e análise da Figura 3, cuja intensidade da mobilidade reduz com o aumento da distância em relação ao core. Deve ser destacado, contudo, o poder de atração de algumas capitais regionais do estado, como Montes Claros, Juiz de Fora, Ipatinga e Uberaba.

Figura 3 Densidade de entrada da força de trabalho formal procedente de Belo Horizonte – 1995 a 2005/Modelo de *Kernel*



Fonte: MTE, RAISMIGRA, 1995 a 2005.

Considerada a mobilidade ocupacional dos fluxos de saída de Belo Horizonte, ocorridos especificamente no biênio 2004/2005, como descrito na Tabela 2, a principal característica foi a baixa progressão vertical da força de trabalho itinerante na região, marcada pela predominância de manutenção da posição hierárquica no município de destino (mobilidade nula). Contudo, chama atenção a maior proporção de mobilidade positiva quando comparada a negativa, o que foi verificado em todas as regiões de influência de Belo Horizonte. No total da região 15,26% dos trabalhadores que deixaram a capital nesse biênio tiveram elevação em sua condição de ocupação, enquanto a mobilidade negativa foi de 10,65%. Nos casos daqueles indivíduos que se encaminharam para Teófilo Otoni e Governador Valadares em mais de 20% apresentaram mobilidade ocupacional positiva. Em Governador Valadares dos procedentes de Belo Horizonte a mobilidade negativa foi de apenas 9,30%.

Tabela 2 Tipologias de mobilidade ocupacional das saídas da força de trabalho de Belo Horizonte, 2004/2005

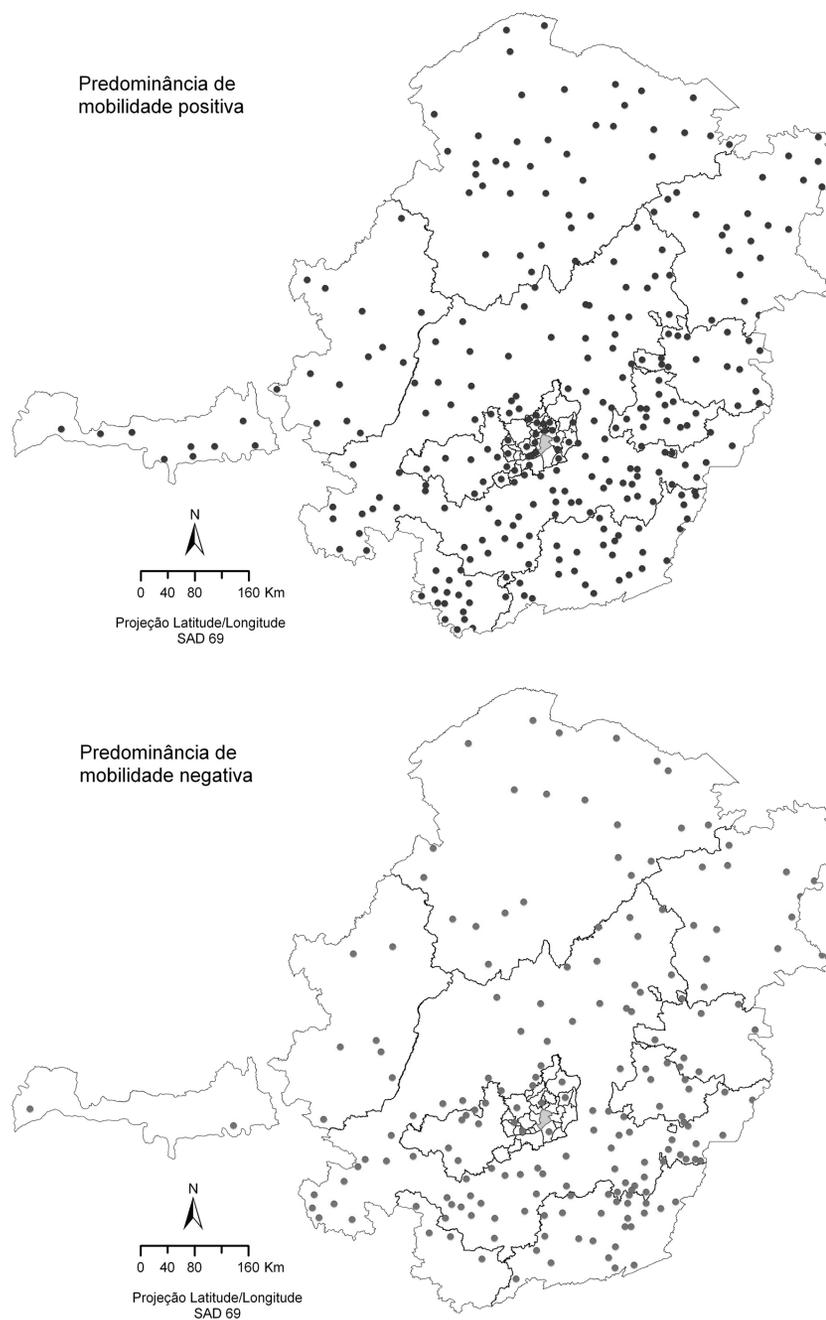
Regiões de Influência	Negativa		Nula		Positiva	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Juiz de Fora	212	8,42	1.963	77,99	342	13,59
Montes Claros	224	10,42	1.645	76,51	281	13,07
Divinópolis	229	9,34	1.949	79,49	274	11,17
Governador Valadares	116	9,30	881	70,65	250	20,05
Ipatinga	230	9,08	1.903	75,16	399	15,76
Teófilo Otoni	93	14,03	428	64,56	142	21,42
Uberaba	186	10,54	1.301	73,71	278	15,75
Varginha	73	8,35	657	75,17	144	16,48
RI direta de Belo Horizonte	1.102	11,23	7.086	72,24	1.621	16,53
Periferia Metropolitana	4.081	10,89	27.745	74,03	5.650	15,08
Total	6.546	10,65	45.558	74,10	9.381	15,26

Fonte: MTE, RAISMIGRA, 2004 e 2005.

Com base na Figura 4, que representa a entrada da força de trabalho nos municípios, conforme tipos de mobilidade ocupacional (positiva ou negativa), é possível perceber que a maior parte dos casos exibiu a prevalência de movimentos ascendentes. No geral, em 43,74% dos municípios da região foi predominante a mobilidade positiva daqueles que deixaram de trabalhar no núcleo metropolitano (os casos em que é maior o peso da mobilidade negativa corresponde a 27,39%). Esse predomínio de movimentos ascendentes foi mais proeminente nos casos da Região de Influência de Montes Claros, Uberaba, Teófilo Otoni, bem como na Região Metropolitana e de influência direta de Belo Horizonte. A Figura 5 permite identificar com mais detalhes aqueles municípios que mais atraíram mão de obra e ofereceram oportunidades de ascensão dos que deixaram de trabalhar na capital do estado no biênio 2004/2005. Dentre esses, os mais relevantes foram Governador Valadares, Juiz de Fora, Ipatinga, Divinópolis; Itabira e Sete Lagoas (RI Direta de BH), Sabará, Matozinhos, Vespasiano, Ibirité, Ribeirão das Neves, Nova Lima, Santa Luzia, Betim e Contagem (Região Metropolitana). Sobretudo no caso da Região Metropolitana a mudança do município de trabalho comumente não envolve alteração no local de residência. Em geral, esses deslocamentos envolvem os chamados movimentos pendulares, nesse caso identificados por diferentes locais de trabalho ao final de cada ano, sem envolver os movimentos migratórios propriamente ditos.

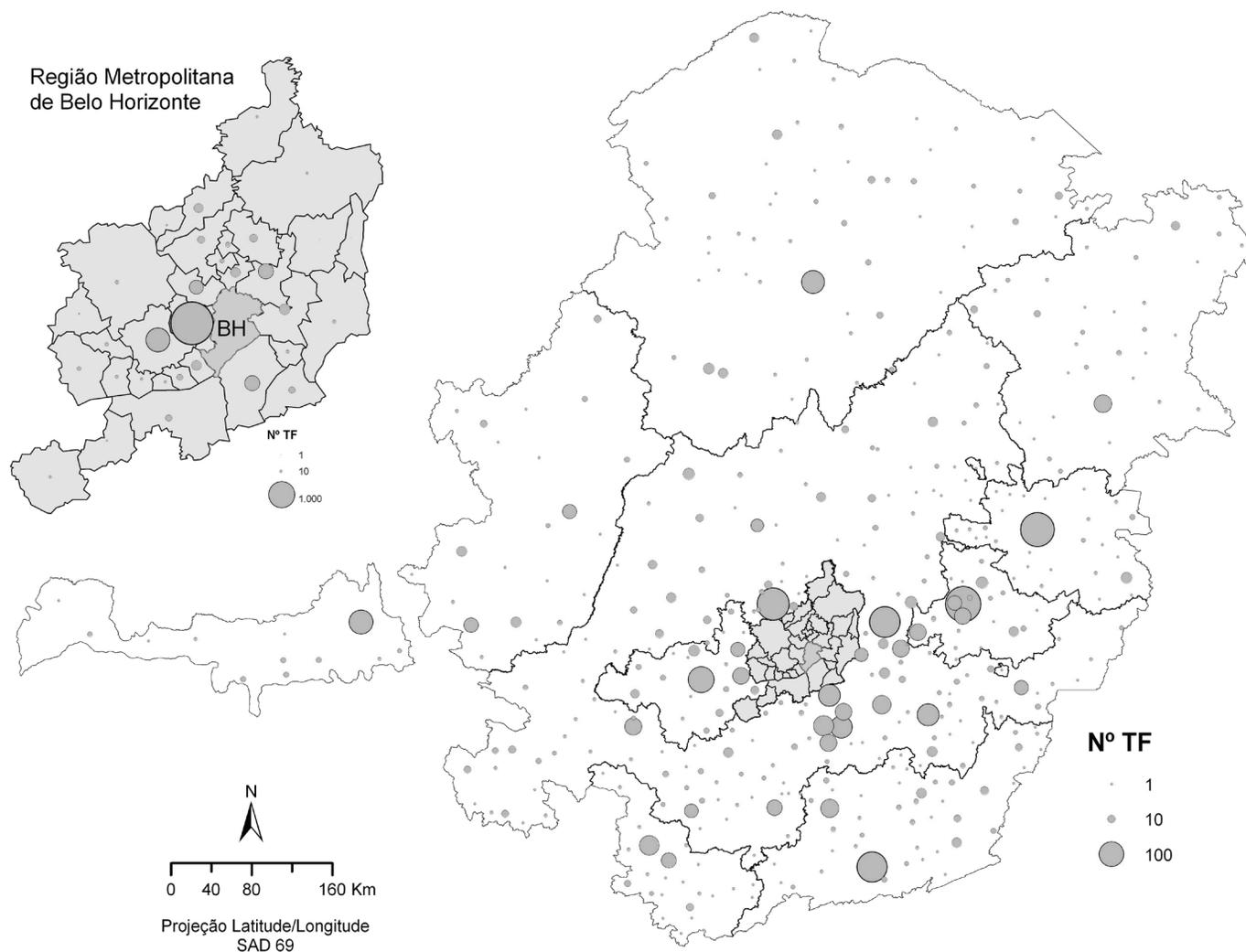
Figura 4

Fluxos de entrada da força de trabalho formal procedente de Belo Horizonte, conforme predominância de mobilidade ocupacional, 1995 a 2005



Fonte: MTE, RAISMIGRA, 2004 e 2005.

Figura 5 Fluxos de entrada da força de trabalho formal procedente de Belo Horizonte com mobilidade ocupacional positiva, 1995 a 2005



Fonte: MTE, RAISMIGRA, 2004 e 2005.

Considerações finais

Compreender a realidade regional envolve a investigação de relações entre as diversas formas de estabelecimentos humanos, privilegiando as combinações e diferenciações que se manifestam no espaço. É exatamente essa espacialidade que confere a particularidade desse trabalho, ainda que os dados sejam explorados de maneira introdutória. Se os estudos sobre o mercado de trabalho no Brasil são recorrentes na literatura dos mais diversos campos do conhecimento científico, a mobilidade espacial da força de trabalho ainda não foi devidamente analisada. Tampouco suas implicações sobre a mobilidade ocupacional dos protagonistas desses fluxos espaciais. As evidências históricas

não deixam dúvidas sobre a relevância dos deslocamentos espaciais de trabalhadores no território nacional, migrantes ou não. Em vários momentos no tempo essa força de trabalho móvel serviu como fonte catalisadora de profundas transformações econômicas e sociais nas regiões de origem e destino e não apenas como mão de obra disponível para as atividades econômicas.

Os resultados gerais, referentes aos sucessivos biênios de 1996 a 2005, permitem algumas considerações gerais, tais como: a queda na participação relativa da força de trabalho de Belo Horizonte em sua Região de Influência, a intensificação dos fluxos e a não desprezível mobilidade ocupacional positiva dos trabalhadores procedentes da capital do estado vinculados ao mercado de trabalho formal na região. Ainda que as entradas de mão de obra em Belo Horizonte tenham crescido ao longo desse período, chama atenção a ampliação da mobilidade espacial em direção a determinadas centralidades do interior do estado, notadamente para algumas capitais regionais. Foi também importante a mobilidade ocupacional positiva dos trabalhadores com origem em Belo Horizonte verificada ao longo do biênio 2004/2005. É bem provável que essa capacidade de ascensão social esteja vinculada aos diferenciais no nível educacional dos trabalhadores que passaram pelo núcleo metropolitano. O elevado grau de competição em mercados com alta oferta de mão de obra qualificada sugere uma maior necessidade de investimento na formação profissional, o que pode garantir vantagens comparativas em uma possível mudança no local de trabalho.

Referências bibliográficas

- BRITO, F. O (1997) *Mobilidade espacial e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte*. In: X Encontro de Estudos Populacionais, 10, 1997, Brasília. Anais... Brasília: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1997. v. 2, p. 771-788.
- CANELAS, R. G. V. (1980) *Migração e mobilidade social na sociedade nordestina. São Paulo* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo.
- CORRÊA, R. L. (2006) Estudos sobre a rede urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. (1995) Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, v.57, n.1, p.83-102.
- DEDECCA, C. S. (1990) *Dinâmica econômica e mercado de trabalho urbano: uma abordagem da Região Metropolitana de São Paulo*. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas.
- DEDECCA, C. S.; CUNHA, J. M. P. (2002) *Migração, Trabalho e Renda nos Anos 90: o caso da Região Metropolitana de São Paulo*. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.
- DE NEGRI, J. A. et al. (2001) *Mercado informal de trabalho: comparação entre microdados da RAIS e da PNAD*. Textos para Discussão 840, Brasília, IPEA.
- FERREIRA, R. N. (2006) *Dinâmica do mercado de trabalho formal, migrações no emprego e o processo de reestruturação territorial no Brasil contemporâneo*. (Dissertação de Mestrado) Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- FERREIRA, R. N.; MATOS, R. (2008) *Dinamismo do mercado de trabalho formal e mobilidade espacial de trabalhadores*. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP, 2008, Caxambu - MG. Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu - MG : ABEP.

- FERREIRA, R. N.; MATOS, R. E. S. (2005) *Migrações internas no Brasil: comparações entre os dados da RAIS e os do Censo Demográfico*. In: IV Encontro Nacional sobre Migrações, 4, 2005, Rio de Janeiro. Anais... 2005. Associação Brasileira de Estudos Populacionais.
- IBGE (2008) *Região de influência das cidades - 2007*. Rio de Janeiro: IBGE. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm?c=6/>>. Acesso em: 10 mar. 2009.
- JANNUZZI, P. M. (2000) *Migração e mobilidade social: migrantes no mercado de trabalho paulista*. Campinas/SP: Autores Associados.
- LOBO, C. (2009) *Dispersão espacial da população nas Regiões de Influência das principais metrópoles brasileiras*. Belo Horizonte (Tese de Doutorado). Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais.
- LOBO, C.; CARDOSO, L.; MATOS, R. E. S. (2008) *Mobilidade pendular e a centralidade espacial na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008, Caxambú/MG. Anais XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais.
- MARTINE, G.; PELIANO, J. C. *Migrantes no mercado de trabalho metropolitano*. Brasília: IPEA/IPLAN, 1978.
- MARX, Karl. 1983. O capital. São Paulo
- MATOS, R; LOBO, C.; STEFANI, J. (2004) *Inversão no balanço migratório mineiro: as trocas populacionais entre Minas e São Paulo*. In: XIV ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambu. Anais... Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 1, p. 1-17.
- MATOS, R. (Org.). (2005) *Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: C/Arte.
- MATOS, R. (1995) *Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço*. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. São Paulo, p. 35-58.
- MATOS, R; LOBO, C.; STEFANI, J. (2004) *Inversão no balanço migratório mineiro: as trocas populacionais entre Minas e São Paulo*. In: XIV Encontro de Estudos Populacionais, 14, 2004, Caxambu. Anais... Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 1, p. 1-17.
- MERLLIÉ, D. e PRÉVOT, J. (1997) *La mobilité sociale*. Paris: Découverte.
- MTE (2009) (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO). Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/>>. Acesso em: 08 abr. 2009.
- PACHECO, C. A.; PATARRA, N. (1997) *Movimentos migratórios anos 80: novos padrões?* In: PATARRA, N. (org.) *Migração, condições de vida e dinâmica urbana*. Campinas/SP: UNICAMP.
- PASTORE, J. (1979) *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Queroz/Edusp.
- PELIANO, J. C. (1992) *Distribuição de renda e mobilidade social no Brasil: a ordem e o progresso desiguais*. Campinas (Tese de Doutorado). Instituto de Economia da Universidade de Campinas.
- RAPOSO, D. e MACHADO, A. F. (2003) *Impactos regionais da liberalização comercial: uma análise para os estados de Minas Gerais e São Paulo*. In: WAJNMAN, S. e MACHADO, A. F. (org.). *Mercado de Trabalho – Uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- SANTOS, M. (1996) *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec.
- SINGER, P. (1973) *Economia política da urbanização*. São Paulo: HUCITEC.
- VAN HAM, M., Mulder C. H., Hooimeijer P. (2001) *Spatial flexibility in job mobility: macrolevel opportunities and microlevel restrictions*; *Environment and Planning*, 33(5):921-940.
- WEISS, P. (1986) *La mobilité sociale*. Paris: PUF.